



COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES

SCT (0,00%) ↔

6.400\$00

CECV (0,00%) ↔

6.100\$00

ENACOL (0,00%) ↔

4.500\$00

BCA (5,66%) ↓

2.767\$00

Avaliação quinzenal - Recolha de dados na quinta-feira  
↔ Estacionária ↑ Em alta ↓ Em baixa

# CI prevê 176 milhões de dólares em investimentos efectivos

Págs. 10 e 11

## Pensionistas da ASA querem milhares de contos

Pág. 2

## Economistas comentam crescimento de 10,8 %

Págs. 12 e 13

## Cabo Verde será suplemento no "Financial Times"

Pág. 7

## POT da Boa Vista pronto em Dezembro

Pág. 11

## Empresas e homens de negócios na FIL de Lisboa

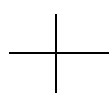
Pág. 6

### MATLAND FAIRLAND

chefe da equipa do FMI para Cabo Verde

*"Em termos de crescimento e inflação, a situação é sólida, a política macro-económica está na direcção certa"*

Pág. 4 e 5



*Pensionistas da ASA querem milhares de contos*

# Efeitos retroactivos

O jurista Armindo Gomes quer obrigar a ASA a pagar 117 mil contos a um grupo de 42 trabalhadores que aderiram ao programa de reforma antecipada, em 1999. O advogado já pediu o congelamento das contas bancárias da empresa e meteu um processo de execução, esta semana. Mas, a advogada da ASA, Lúgia Fonseca, rebate as contas da outra parte.

O jurista Armindo Gomes pretende acionar a execução judicial de bens da ASA no equivalentes 117 mil contos, com o intuito de assegurar o pagamento imediato de uma suposta dívida da empresa dos aeroportos a um grupo de quarenta e dois trabalhadores que aderiram, em 1999, ao Programa de Reforma Antecipada lançado pelo

o vínculo laboral do grupo que aderiu à reforma antecipada cessou a 1 de Março de 2000. Logo, na perspectiva dos visados, teriam direito a esse aumento, por terem trabalhado na empresa até o mês de Fevereiro. Mais, essa percentagem deveria ter o seu reflexo no cálculo da pensão de reforma antecipada. Ou seja, deveria incidir sobre o salário resultante do acréscimo dos cinco por cento e não sobre o vencimento bruto anterior a 2000.

Este caso acabou por ir parar às barras da Justiça, tendo o Tribunal do Sal considerado legítima a reclamação apresentada pelos reformados, em Dezembro de 2005. Para o juiz que analisou o processo, os ainda trabalhadores da ASA prestaram serviço até Fevereiro, por conseguinte adquiriram o direito ao aumento. Além do mais, o Tribunal sublinhou que a ré atribuiu a eficácia retroactiva do aumento mas sem ressaltar o caso dos trabalhadores que entretanto cessaram contrato com a empresa.

**“Pelo exposto, julgamos procedente, por provada a presente acção, e, por conseguinte, condenar a ré a fazer a correcção das pensões de reforma antecipada dos autores, com base na remuneração bruta recebida no ano 2000, no valor de quarenta e quatro milhões, quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta escudos, acrescidos de juros”,** determinou a sentença, que condenou ainda a ré a pagar as custas do processo.

Porém, esta sentença viria a ser contestada pela ASA junto do Supremo Tribunal da Justiça. Por seu turno, o STJ, no seu acórdão nº 1/07, confirmou a decisão do Tribunal do Sal, tendo determinado que o **“aumento que os AA receberam em Janeiro e Fevereiro de 2000, quando ainda estavam no activo, deve reflectir-se na sua pensão de reforma.”** Feitas as contas, a correcção da pensão dos reformados junto do INPS, com a aplicação do aumento salarial, atingiria o valor de 44 milhões de escudos.

## CONTAS BARALHADAS

Porém, com o andar do tempo, esse valor foi de tal forma inflacionado que já atingiu os 117 mil contos. Dinheiro que, no entender de Armindo Gomes, deve ser depositado na conta pessoal dos pensionistas, independentemente do acerto de agulhas que a empresa deverá fazer posteriormente com a Previdência Social.

Os **“fermentos”** que engrossaram o bolo têm a ver, segundo Gomes, com a **“aplicação correcta da fórmula de retribuição bruta anual, o aumento salarial atribuído à função pública ao longo destes sete anos e os juros de mora, que devem ser contados a partir de 2005, data da sentença do Tribunal do Sal.”** Assim, pelas contas deste advogado, a dívida disparou de 44 para 117 mil contos, sem contar os juros vencidos em 2007.

No tocante à retribuição bruta, Gomes afirma que a fórmula aplicada inicialmente estava errada, pois o valor global dos salários auferidos pelos trabalhadores foi dividido por catorze quando deveria ser por doze, que é o número de meses num ano. Isto aconteceu, segundo Gomes, porque esses funcionários tinham direito ao subsídio de férias e ao décimo terceiro mês, além do vencimento mensal.

Estes dados foram, entretanto, estranhados

por Lúgia Fonseca, advogada da ASA, para quem essa cifra não faz qualquer sentido. **“Devo, em primeiro lugar, ressaltar a postura correcta da ASA neste processo pois, em nenhum momento, a empresa negou respeitar algum direito dos seus ex-trabalhadores, tanto assim é que aceitou atribuir esse aumento aos pensionistas em questão”,** sublinha Fonseca, acrescentando que foi a própria ASA que teve o cuidado de determinar o valor da correcção das pensões, os tais 44 mil contos, resultantes do aumento salarial.

Devido ao peso do valor em causa, o caso foi comunicado ao ministério das Finanças e à tutela da Empresa, o ministério das Infra-estruturas e Transportes. Entretanto, o próprio Primeiro-Ministro seria também colocado ao corrente do assunto tanto pela ASA como por um representante dos reformados. **“É que estamos a falar de dinheiro público”,** relembra a advogada.

Motivada pelo rumo dos acontecimentos, a administração da empresa decidiu, entretanto, solicitar um parecer jurídico sobre a atribuição do aumento salarial aos pensionistas e propor o tema para discussão na Assembleia-Geral. Os pareceres jurídico e do Conselho Fiscal foram, segundo Lúgia Fonseca, contrários ao enquadramento dos pensionistas no rol dos beneficiários do aumento. Isto porque, no entendimento deles, o aumento deveria contemplar apenas os funcionários em actividade. Perante o impasse gerado com base nessas decisões, o caso acabou por desembocar nas barras da Justiça, tendo o Tribunal do Sal decidido a favor dos pensionistas, em Dezembro de 2005.

Para Lúgia Fonseca, a decisão do Tribunal de se proceder à correcção do fundo de pensão em 44 mil contos não significa que a ASA foi condenada a dar ao grupo esse montante. Como explica, a instituição vocacionada para pagar as pensões e gerir os fundos de reforma é o INPS. **“O advogado deles queria que a ASA depositasse esse dinheiro numa conta aberta para o fim e que seria titulada por ele e por um representante dos pensionistas. Ora, caso a empresa fizesse isso, os pensionistas é que ficariam prejudicados. Se a ASA não cumprir a sentença, e não enviar o dinheiro para o Fundo de Pensões junto do INPS, quando os beneficiários atingirem a idade da reforma (65 anos) vão ter os seus benefícios reduzidos”,** explica a jurista, adiantando que, à data da acção judicial, o grupo tinha direito, na sua totalidade, a receber apenas sete mil contos de retroactivos, por causa da aplicação do aumento salarial de 2000. Quantia que a ASA se disponibilizou, de imediato, a pagar aos trabalhadores após a notificação do Acórdão do STJ. Alguns deles chegaram mesmo a receber os seus respectivos montantes. Neste momento, segundo Fonseca, está em curso o processo de correcção das pensões, estando a ASA a finalizar a actualização dos montantes, considerando os aumentos que as pensões de reforma sofreram.

Questionada sobre o impacto que um processo de execução poderia ter neste caso, Fonseca mostra-se tranquila. Aliás, desafia mesmo o seu colega a partir para esse campo. É que, na opinião da jurista, a ASA jamais pretendeu prejudicar os trabalhadores que aderiram ao programa de reforma antecipada, um processo aberto no tempo do governo do MpD.

Kim-Zé Brito

*117 mil contos é quanto os pensionistas querem da ASA*

Governo. Gomes garantiu a este semanário que o processo será encaminhado para as instâncias judiciais até sexta-feira, 19, e que, em consequência dessa medida, a ASA teria um prazo de cinco dias, a contar da data da notificação, para pagar a conta ou mostrar oposição.

**“Mas essa oposição não suspende o pedido de execução, a não ser que a empresa venha a apresentar caução equivalente ao valor em causa”,** esclarece o jurista, que está disposto a levar essa luta até as últimas consequências pois, como diz, a empresa tem estado a **“brincar”** com esta matéria.

Aliás, este processo executivo surge tempos depois do referido advogado ter solicitado ao Procurador da Comarca do Sal o congelamento das contas da ASA na Caixa Económica e no BCA. A ordem, segundo apurou este jornal, já foi emanada pelo Ministério Público mas, ao que tudo indica, não teve ainda efeitos práticos. Ou seja, a empresa continua a poder movimentar o seu dinheiro nessas duas instituições financeiras.

Como explica Lúgia Fonseca, advogada da ASA, a ré contestou a decisão de congelamento, o caso encontra-se em análise, e há inclusivamente magistrados que já revogaram bloqueios assim ordenados pelo Ministério Público, por considerarem inconstitucional a norma que atribui ao Procurador esse poder, e não a um Tribunal. Contudo, Armindo Gomes considera que esse decreto visa exactamente proteger os trabalhadores de eventuais abusos do patronato.

A primeira soma - 44 mil contos - surge como resultado de um aumento salarial de cinco por cento aplicado pela ASA em 2000, com efeitos retroactivos a Janeiro desse ano. Acontece que

## tomeNota

Presidente da República promulgou esta semana o novo código laboral que entra em vigor com a sua publicação no B.O. Previsto para acontecer no próximos dias.

O novo C.L tem queixas da União Nacional dos trabalhadores de Cabo Verde - (UNTC-CS), que chegou a pedir a sua não promulgação pelo PR, como por parte dos empregadores que aceitam que contratos a prazo se tornem definitivos depois de 5 anos. A UNTC-CS contesta o facto do novo CL só prever a conversão dos contratos a prazo em contratos definitivos daqui a 5 anos. E rebela-se contra o que chama “perda dos direitos adquiridos dos trabalhadores”, promete luta brava.



novidades do mundo portuário

## VISITA COMERCIAL À HOLANDA

O Eng. Franklim Spencer efectuou uma viagem de trabalho à Holanda, país onde manteve contactos com directores das empresas *Svitzer* e *APM Terminals*, ambas do grupo *Maersk*, entre os dias 26 e 29 de Setembro. Os temas tratados com a *Svitzer* incluíram o salvamento e o reboque, tendo o Eng. Franklim Spencer realizado uma visita às embarcações e instalações dessa empresa de assistência marítima, no Porto de Amsterdam.

"Para além de equipamentos e acessórios das áreas de salvamento, busca e combate à poluição, ficou também o compromisso dos nossos tripulantes frequentarem o centro de formação da *Svitzer*, em Lisboa. Entretanto, uma delegação técnica dessa empresa deverá efectuar uma visita a Cabo Verde, na segunda semana de Novembro", informa o PCA da ENAPOR. Segundo Spencer, foram agendadas acções concretas futuras, entre as quais o tipo de apoio que a *Svitzer* poderá conceder à ENAPOR, definir o tipo de rebocador e de



equipamentos necessários para as operações em Cabo Verde, discutir com a autoridade marítima os serviços de busca e salvamento de emergência, etc.

Outra empresa contactada na Holanda por Franklim Spencer foi a *APM Terminals*, entidade do ramo do transbordo de contentores. O responsável da ENAPOR foi recebido pelo

Vice-Presidente e pelo Director de Projectos dessa sociedade holandesa. Durante o encontro, os representantes da *APM* fizeram uma apresentação da empresa e ficaram também a par do projecto do Terminal de Transbordo do Porto Grande. Novas acções deverão ser desencadeadas brevemente, visando um acerto de agulhas entre as partes, no sector do transbordo.

### IIIº Encontro Internacional de Turismo

A ENAPOR foi uma das entidades presentes no IIIº Encontro Internacional de Turismo organizado pela UNOTUR – União Nacional dos Operadores Turísticos - na ilha do Sal, nos dias 3, 4 e 5 de Outubro. A empresa esteve representada no evento pelo Director do Porto da Palmeira, o Eng. Carlos Melquiades, e pela Técnica de Marketing, Lígia Spencer, que tiveram a oportunidade de passar informações sobre os projectos portuários em curso – com especial enfoque para o processo de modernização do porto do Sal -, numa feira de turismo realizada à margem do Encontro. O stand da ENAPOR foi particularmente visitado por cidadãos estrangeiros, que receberam materiais promocionais e informativos produzidos pela Empresa.

Sob o lema Turismo em Cabo Verde – Da visão à realidade; Encurtar distâncias, o IIIº Encontro de Turismo concentrou técnicos e investidores de diversas nacionalidades na vila turística de Santa Maria, que debruçaram a sua atenção sobre seis painéis: Turismo no Espaço Rural em Cabo Verde, Turismo e sustentabilidade, Sal, Cluster turístico em Cabo Verde; Imobiliária Turística e Arquitectura em Cabo Verde; Que imagem de Cabo Verde? e Tendências do Mercado do Turismo Internacional e recursos humanos compatíveis.

O Encontro, cuja cerimónia de abertura foi presidida pelo Presidente da República, o Cte Pedro Verona Pires, produziu as suas recomendações, entre elas a necessidade de se melhorar a regulação e a fiscalização do turismo, o reforço e a diversidade das ofertas, a aposta na riqueza cultural cabo-verdiana...

### Gestão Electrónica de Documentos

A ENAPOR participou no *Infomagem 2007*, Congresso e Feira sobre Gestão Electrónica de Documentos e Enterprise Content Management realizado na Cidade de São Paulo, no Brasil, na primeira quinzena de Setembro. A empresa foi representada pela Directora do Gabinete Administrativo e de Relações Públicas, Dr.ª Madalena Almeida, pelo Técnico Informático da empresa, Eng.ª Paulo Silva e pela Consultora Eva Duarte.

O *Infomagem 2007* é um evento que visa difundir as emergentes tecnologias da informação e documentação, que estão directamente relacionadas com o complexo informacional gerado numa empresa e por essa recebida, processada e distribuída.

O objectivo da participação foi colher informações e ideias para o desenvolvimento do Projecto de Implementação de um Serviço de Gestão da Documentação da ENAPOR.

## ENAPOR presente na "Seatrade Europe – 07"



A ENAPOR deu mais um passo na sua estratégia de atracção do turismo de cruzeiro para os portos de Cabo Verde, especialmente para o Porto Grande. A Empresa participou, pela primeira vez, na *Seatrade Europe 2007*, a Feira de Cruzeiros da Europa, realizada de 24 a 26 de Setembro, na cidade de Hamburgo. O objectivo foi encetar contactos com os clientes habituais e potenciais da ENAPOR e assistir a uma conferência sobre o mercado de cruzeiros. Paralelamente a este evento, Jorge Pimenta Maurício, Administrador-Delegado do Porto Grande, efectuou um breve encontro com Manuela Patrício, directora da área de cruzeiros do Porto de Lisboa, com a qual discutiu os principais aspectos a serem analisados na próxima visita de uma delegação da APL a Cabo Verde.

ENTREVISTA

*Matland Fairland, chefe da equipa do FMI para Cabo Verde*

# "Nem tudo está solucio-

POR: LIGIO MONTEIRO

A economia cabo-verdiana está de boa saúde e recomenda-se. Esta é a conclusão de Maitland McFarlan, o homem que durante os últimos três anos esteve à frente da equipa do Fundo Monetário Internacional para Cabo Verde e que acompanhou neste período a evolução macro-económica do país. McFarlan diz que Cabo Verde fez importantes progressos em termos de crescimento e desenvolvimento, mas que **"nem tudo está solucionado"**.

Segundo aquele alto funcionário do FMI, nas suas discussões com as autoridades que operam nos domínios da política fiscal, monetária, reformas do sector público, gestão financeira, reformas do sector fiscal e na regulação do sector energético, ficou claro que existem progressos assinaláveis. **"Se se fizer uma análise da posição macro-económica, diria que o crescimento é forte e todos os sinais apontam para que assim continue nos próximos anos"**, afirma.

Aquele economista diz ainda que há fortes sinais que indicam que os investimentos estrangeiros nos próximos tempos, em especial no sector do turismo, vão aumentar consideravelmente. Acrescenta que a inflação deve descer para os 2 por cento, o que, no seu entender, significa que a economia cabo-verdiana se mostra robusta e que na frente da política económica há a registar "enormes progressos".

## CRESCIMENTO E POBREZA

A instituição de Bretton Woods considera que **"a política fiscal tem sido prudente e robusta, as despesas têm sido devidamente tratadas e, ao mesmo tempo, a dívida interna está a diminuir"**.

Isto cria, acrescenta, **"um espaço fiscal"**, na medida em que **"quanto menos dinheiro o Estado gastar em termos de pagamento de juros, mais recursos financeiros poderá usar em áreas como a educação, saúde, infraestruturas e luta contra a pobreza"**.

Mas será que todos estes indicadores têm-se reflectido na redução da pobreza em Cabo Verde? À pergunta, o nosso entrevistado contrapõe que um forte crescimento económico acaba por ter reflexos na redução da pobreza. **"O crescimento económico cria empregos, o que permite ao governo ter mais recursos para lidar com os problemas da pobreza, apoiando os mais desfavorecidos em termos de educação, cuidados de saúde. Tudo isso combinado com uma**

**baixa taxa de inflação e um regime fiscal funcional tornam-se pré-requisitos para um desenvolvimento sustentável levando por consequência à redução da pobreza"**.

Os últimos dados do INE apontam para um crescimento em 2006 de 10.8%. O FMI diz que não são seus os números, mas não tem nenhuma razão para não acreditar nos mesmos, até porque **"já de algum tempo para cá havia sinais de que estava a haver um crescimento económico"**. Por isso, não vê razão para não concordar com estes números". E acrescenta: **"Este crescimento deve-se em grande medida ao investimento estrangeiro, mas igualmente às actividades económicas internas e**

**"***O crescimento económico cria empregos, o que permite ao governo ter mais recursos para lidar com os problemas da pobreza, apoiando os mais desfavorecidos em termos de educação, cuidados de saúde***"**

**vai continuar a ter lugar nos próximos anos, segundo estimativas do FMI"**.

Aquela instituição considera que este crescimento de Cabo Verde se deve à combinação de factores externos e internos. **"Se tivermos apenas o investimento externo, usado para importar bens e produtos, isso não traria grandes benefícios para a economia"**. O que é necessário é a combinação do apoio externo com a actividade interna, para acrescentar valor, para ajudar a criar empregos e apoiar a economia.

E nesse aspecto Maitland McFarlan lembra que o sector do turismo tem sido

o principal beneficiário do investimento estrangeiro, que emprega trabalhadores locais, compra localmente produtos nacionais e tem fortes ligações internacionais.

## CONSTRANGIMENTOS

Apesar deste diagnóstico favorável, a economia cabo-verdiana continua a enfrentar constrangimentos fortes, alerta também o responsável do FMI. As reformas no sector público, a gestão financeira e a questão da regulamentação energética são áreas, deixa entender, que o FMI **"vai continuar a acompanhar de perto"**.

O FMI, depois das discussões com o Banco de Cabo Verde, diz que o sector financeiro está em **"boas condições"** e que a integração do país nas instituições financeiras internacionais, nomeadamente a OMC, **"está a ser bem gerida, não criando grandes preocupações"**.

No entanto, a instituição chama, uma vez mais, a atenção para o sector da energia, defendendo a criação de um sistema de regulação que não ponha em causa o Orçamento do Estado. Em termos de infraestruturas, McFarlan defende que **"deve haver recursos necessários, tanto através do OE quanto externos, para se continuar a infraestruturar o país, de forma a apoiar o crescimento"**. Para o FMI, é claro que Cabo Verde, ainda deve vencer os desafios, mas tem indicações de que o governo está a pôr em prática uma estratégia para lidar com as necessidades de forma lata.

## GRADUAÇÃO

Os indicadores económicos positivos de Cabo Verde levaram as Nações Unidas a graduar este arquipélago a País de Rendimento Médio, independentemente dos reticências evidenciadas pelas autoridades cabo-verdianas. Ainda recentemente, durante um encontro com a imprensa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vítor Borges, deixou no ar uma série de interrogações, nomeadamente se o país não estaria a ser penalizado pelas acções positivas que tem posto em prática.

Perante essa questão, o chefe da missão do FMI defende que é preciso distinguir duas situações. **"Cabo Verde é já de facto um país de rendimento médio, e existe uma diferença entre o estatuto de PMA e PDM"**. Segundo Matland, **"o país já saiu dos PMA, e com mérito"**. **"Mudar de estatuto é apropriado, dado o critério usado pela ONU. Existe uma preocupação que tem a ver com o facto de essa mudança implicar**

**menos ajuda e recursos por parte dos doadores, e isso, reconhecemos, é uma preocupação genuína"**, comenta o homem do FMI.

Contudo, McFarlan acha que indicadores que tem entre mãos, dados recolhidos nas conferências dos doadores de Cabo Verde, emitem sinais tranquilizadores. Isso somado a uma sólida gestão económica e boas políticas macro económicas, os apoios externos não desaparecerão imediatamente, ou seja, não haverá uma retirada abrupta da comunidade internacional.

No entanto, existe sempre medo de algo correr mal. Quanto a isso, o chefe da missão do FMI para Cabo Verde diz-se tranquilo, que tudo dependerá das razões que levarem **"a queda dos indicadores, que Cabo Verde detem actualmente. Se for causada por factores exógenos, a comunidade internacional, em especial o FMI, tem um fundo especial de empréstimos, para ajudar o país a colmatar as dificuldades"**. Mas se o choque se dever a razões internas, nomeadamente de natureza política e fiscal, a comunidade internacional irá questionar **"a necessidade de investir financeiramente na recuperação do país"**.

## FRAGILIDADES

O FMI descreve a situação económica de Cabo Verde como sendo robusta, no entanto, o país continua a ter fragilidades, em particular, no sector social. O Programa Alimentar Mundial (PAM), já anunciou que vai deixar de apoiar o programa **"Cantinas Escolares"**, a partir de 2010, passando apenas a dar apoio técnico. As autoridades do arquipélago consideram isso uma penalização, sobretudo dos mais desfavorecidos, pois a comunidade internacional coloca sobre os ombros do Estado, o ónus de lidar com a situação. Maitland McFarlan considera, no entanto, que **"a responsabilização de Cabo Verde só vai acontecer a longo prazo, não nos próximos cinco anos. Isto tem a ver com a auto-suficiência em termos económicos"**, tranquiliza.

Para o FMI, o país vai ser chamado a usar os seus recursos em algumas áreas, enquanto a comunidade internacional irá dar apoio em outros sectores, em especial as infraestruturas, educação, saúde e projectos comunitários. O responsável do FMI recorda que as agências de ajuda internacionais têm prioridades e desafios diferentes, pelo que muitas ajudas ainda poderão continuar a fluir.



# onado"

*“Em termos de crescimento e inflação, a situação é sólida, a política macro-económica está na direcção certa”, afirma o chefe da equipa do Fundo Monetário Internacional para Cabo Verde, Maitland McFarlan, que esta semana termina a sua última missão a este arquipélago.*

*Colocado agora no Malawi, este neo-zelandês traçou para o CIFRÃO o quadro actual da economia cabo-verdiana, sem no entanto deixar de reconhecer que a nível da energia, inflação, regulação, gestão das finanças públicas, as coisas poderiam estar melhor. “Não dizendo que está tudo bem, concordamos todavia com a agenda de reformas do governo, para lidar com estes sectores, de forma a que haja mais progressos no país”*



ENTREVISTA

## Soldifogo sem liquidez

O presidente da organização Soldifogo, Manuel da Luz Alves, queixa-se, em entrevista ao Cifirão, da falta de liquidez para satisfazer os pedidos pendentes. A Associação de Solidariedade para o Desenvolvimento da ilha do Fogo (SoldiFogo) deve financiar actividades económicas viáveis e geradoras de rendimento.

Contudo, Manuel da Luz reconhece que embora neste momento os pedidos em carteira e a aguardar financiamento rondem os 5.200 contos, o que é uma grande demanda ainda sem capacidade de resposta, a situação não é tão grave: afinal, todo o capital desta organização está a circular e a render juros.

A Soldifogo durante os seus 4 anos de existência já concedeu 60 mil contos, em crédito, com uma taxa de reembolso aceitável. Esta unidade é integrada por cerca de 30 associações de desenvolvimento comunitário da ilha do Fogo.

Neste momento a direcção está a preparar os documentos para a assembleia-geral que irá, no mês de Dezembro, prestar contas e eleger de novos órgãos sociais.

NMC

# Cabo Verde no Salão Imobiliário de Lisboa

**325** expositores

**30** mil visitas

A edição 2007 do SIL – Salão Imobiliário de Lisboa, que acontece entre 24 a 28 de Outubro próximo, na FIL – Feira Internacional de Lisboa, terá Cabo Verde como país convidado. Esta é, de acordo com Sandra Fragoso, gestora da Feira, uma oportunidade para Cabo Verde revelar os seus mais significativos projectos imobiliários e de infra-estruturas.

Cabo Verde terá um *stand* de 180m<sup>2</sup> para expor os mais recentes e significativos projectos imobiliários e infra-estruturas desenvolvidos no país. A estes juntar-se-ão ainda, diz a SIL, os mais importantes promotores privados presentes em território nacional. A expectativa é que a interacção entre o governo, empresários de Cabo Verde e empresários europeus permita, também criar oportunidades de negócio no mercado europeu e brasileiro. Entretanto, à margem da SIL, o país dá-se a conhecer em Lisboa num workshop, que acontece no dia 26 e onde falará de investimentos, taxas aduaneiras, operações de registo e notariado, de entre outros serviços desenvolvidos nestas ilhas.

Na delegação cabo-verdiana estarão operadores da área turístico imobiliária, advogados, consultores, dois gabinetes de engenharia e bancos

comerciais. Quanto ao convite da SIL a Cabo Verde, justifica na estratégia de internacionalização desta feira que quer abraçar o atlântico, com os olhos bem postos no potencial que são os mercados do Brasil e dos Palops. A organização pretende, por outro, posicionar-se a par das mais prestigiadas feiras internacionais do sector realizando um salão imobiliário de referência, instituições financeiras, promotoras e mediadoras a consultores, avaliadores e gabinetes de arquitectura e projectos.

A SIL quer ainda que os municípios, com os seus projectos imobiliários, turísticos, de desenvolvimento urbano, infra-estruturas, equipamentos, projectos de planeamento e gestão do território também participem.

A maior feira portuguesa do imobiliário receberá este ano cerca de 325 expositores e 30 mil visitantes estimados. Está também previsto um aumento de 28% de expositores internacionais oriundos de Espanha, Brasil, Angola e Cabo Verde.

Constância de Pina

## Clima de confiança em águas mornas

O clima de confiança dos operadores no terceiro trimestre deste ano **"manteve-se estagnado"**, diz o Instituto Nacional de Estatística. Ainda assim, de um modo geral, a confiança em todos os sectores de actividade económica no país, no período em referência, mostrou-se acima da linha de água, actuando no azul. Com excepção do turismo, que mantém a tendência descendente, em todos os demais sectores considerados pelo barómetro do INE (indústria transformadora, transportes, construção e comércio), o gráfico é ascendente.

A nível do turismo, a insuficiência da procura e dificuldades financeiras são apontadas pelos operadores como os grandes obstáculos do sector actualmente. A isso juntam-se **"as dificuldades em encontrar pessoal com formação apropriada"** e a **"insuficiente capacidade de oferta"**, tidas pelos operadores como obstáculos relevantes, refere o INE.

Na construção e obras públicas, sector que se encontrava em tendência descendente, registou-se no terceiro trimestre deste ano uma inflexão. **"Esta evolução"**, explica o INE, **"deveu-se ao comportamento favorável de todas as variáveis que compõem o indicador face ao mesmo período do ano 2006"**.

Aqui, as dificuldades na obtenção de crédito bancário e o elevado absentismo da mão-de-obra são os

principais constrangimentos do sector, segundo os empresários. A isso junta-se o excesso de burocracia e regulamentações estatais, a deterioração das perspectivas de venda e o nível elevado da taxa de juros, factores que, no dizer dos operadores, **"limitaram de forma sensível a actividade das empresas no decorrer do 3º trimestre de 2007"**.

Na indústria transformadora, embora o indicador de confiança tenha invertido a tendência ascendente do último trimestre, a conjuntura no sector "continua a ser bastante favorável", conforme o barómetro. E mais, acrescenta, quando comparado com o período homólogo, observa-se que o mesmo indicador apresenta uma **"evolução positiva"**. Isso ficou a dever-se, segundo o INE, **"ao comportamento favorável das variáveis Perspectiva de produção e Perspectiva de emprego face ao mesmo período do ano 2006"**.

As principais dificuldades dizem os industriais são a falta de matéria-prima e o elevado absentismo do pessoal ao serviço das empresas. Tiveram ainda importância para esse mau momento da nossa indústria transformadora as frequentes avarias mecânicas, a falta de mão-de-obra especializada e equipamento insuficiente.

Nos demais sectores de actividade – transportes, construção e comércio – manteve-se a tendência as-

cedente. Excesso de burocracia e regulamentações estatais, a par de dificuldades financeiras, são apontados também como alguns dos principais problemas por parte dos operadores. A isso soma-se, no caso da construção civil, as dificuldades na obtenção de crédito e, mais uma vez, o **"elevado absentismo da mão-de-obra"**. A deterioração das perspectivas de venda e o nível elevado das taxas de juro, são também factores tidos como inibidores para a actividade das empresas que laboram nos transportes, construção e comércio no decorrer do referido trimestre de 2007.

Em resumo, no período em causa, o INE constata que o indicador confiança se manteve estagnado, ou seja, **"o ritmo de crescimento económico não acelerou nem abrandou no 3º trimestre"**, tendo, ainda assim, **"o resultado obtido fixou o indicador no nível acima da média da série"**. Os dados recolhidos, refere o barómetro, indicam que a conjuntura económica continua favorável, tendo-se verificado **"uma evolução favorável face ao mesmo período do ano 2006"**.

De referir que este diagnóstico conjuntural resulta da síntese das apreciações transmitidas pelos empresários da construção, comércio em estabelecimento, turismo, indústria transformadora, transportes e serviços auxiliares aos transportes.

## O QUE OS OUTROS PENSAM DE NÓS

## Altos...

O arranque, esta semana, do primeiro ano lectivo da Universidade de Cabo Verde constitui um momento relevante na história destas ilhas. Sobretudo nesta altura em que a formação de quadros para as mais diversas áreas desponta como um dos mais importantes desafios que se colocam ao nosso desenvolvimento.

## ...Baixos

A reunião, na semana passada, do Conselho de Ministros Sobre Assuntos Especializados, que tinha entre os seus temas o problema do preço dos combustíveis, quase ia provocando um curto-circuito no sistema. É que ao falar dos temas tratados, o ministro José Brito deixou escapar que a reunião analisava as propostas da ARE para o aumento dos combustíveis. Não sendo esta uma competência do referido conselho, o presidente da ARE, Renato Lima, teve de vir explicar-se. E, entre o dito e o não dito, quase ficou a sensação de que ainda há gente no governo que está por perceber o que é a regulação. É que, de acordo com o sistema, é à ARE, e a mais ninguém, que compete de definir os preços das matérias sob sua alçada.

## ...Em Off

Os novos preços dos combustíveis já viraram um folhetim. «A Semana» anunciou o facto na sua edição de 21 de Setembro. Para não dar o braço a torcer, quem de direito teve de adiar a decisão. Vai daí que vários outros anúncios já tiveram lugar, sem que o facto se tenha consumado. Uma coisa é certa: aconteça ou não esta semana, como agora se diz, a coisa terá de acontecer a qualquer momento. Afinal, Cabo Verde não produz petróleo e o preço deste não pára de aumentar nos mercados internacionais. A isso soma-se a pressão do FMI para que Cabo Verde aplique, conforme o assumido várias vezes, a política da transparência nos preços.



## Cabo Verde será suplemento especial no "Financial Times"

Cabo Verde e o seu desenvolvimento poderão estar estampados no Financial Times, o mais famoso jornal de economia. O diário económico britânico pretende fazer um suplemento especial, onde vai não só para mostrar ao mundo a beleza cabo-verdiana, os investimentos turísticos que acontecem nestas dez ilhas, dcomo também traçar o perfil a estas ilhas crioulas que vai desde o cenário político, passe cultura e tradição para atracar neste conceito único no mundo que é a morabeza crioula. A publicação deste especial Cabo Verde deve acontecer no próximo dia 13 de Novembro.

Tudo irá depender da contribuição de empresas, instituições e investidores turísticos. Em meados de Setembro, esteve em Cabo Verde o representante da Financial Times África, David Applefield, com a missão de fazer uma pesquisa sobre o mercado cabo-verdiano. Applefield foi recebido pelo primeiro-ministro, José Maria Neves, pelo presidente da Cabo Verde Investimentos, Victor Fidalgo, e também pelos principais homens de negócios da capital do país.

O suplemento especial terá pelo menos seis páginas dedicadas à economia de Cabo Verde – mercado de capitais, imobiliárias turísticas, turismo, principais indústrias, cenário político e relações com a União Europeia. Ainda: a diáspora cabo-verdiana, a nova música cabo-verdiana, a cultura e a tradição das ilhas e a morabeza crioula. Na mesma edição deverá, ainda, ser publicado um perfil do presidente da República, Pedro Pires. O jornalista deverá vir ainda este mês a Cabo Verde para conduzir entrevistas e recolher informações.

De acordo com David Applefield, as instituições contactadas, entre eles, companhias aéreas, bancos e hotéis, têm prometido a sustentação desta reportagem do Financial Times, através de anúncios publicitários. Aquele representante garante que o "Especial Cabo Verde"

ajudará a promover o país, criando novas oportunidades de investimentos.

Depois de vários países africanos, entre eles o Senegal, Guiné-Bissau e Burkina-Faso, Applefield achou que era hora de introduzir Cabo Verde na lista do Financial Times Especial África. **"Felizmente, o nosso editor de África, William Wallis, e o gerente de África em Londres, Mark Carwardine, concordaram. Assim sendo, seja bem-vindo Cabo Verde!"**

Quando perguntado, por que é que o influente diário económico pretende focalizar agora em Cabo Verde, Applefield afirma que o Financial Times está sempre interessado em expandir e aprofundar a cobertura global. **"Cabo Verde é um país que merece mais atenção a nível internacional. E tem uma história boa que deve ser contada ao mundo. Fiquei impressionado com a beleza do país, com a abertura do povo cabo-verdiano, com a vossa culinária!"**

Questionado, ainda, em que o Financial Times é diferente de muitas outras publicações internacionais que chegando prometem publicar reportagens e suplementos sobre Cabo Verde e pouco mais fazem que lançar olhares preconceituosos sobre estas ilhas, quando não fazem propaganda barata, Applefield assegura: **"Eles não dão o devido valor ao país. O Financial Times faz um jornalismo real. Garantimos visibilidade internacional aos anunciantes, mas a cobertura editorial é completamente independente da comercial. Por outro lado, temos 150 anos de reputação"**.

E mais: **"a publicação estará disponível em aviões, hotéis cinco-estrelas e quiosques de Londres a Angai"**. O Financial Times alcança diariamente 1,6 milhão de leitores em todo o mundo, e 4 milhões de leitores mensais no seu site [www.ft.com](http://www.ft.com).

Silvia Frederico

## FRASES

*"De facto nós podemos acreditar que, eventualmente, a taxa de crescimento será forte em 2007. Será dois dígitos?... Isso eu não lhe posso garantir. Isso já seria magia e eu não faço magia"*.

*Cristina Duarte à pergunta se em 2007 o crescimento será de dois dígitos, tal como em 2006, que foi de 10,8%*

*Carlos Burgo (...) adiantou que a sustentabilidade do crescimento da economia cabo-verdiana - que atingiu os 10 por cento no ano passado - "coloca sérios desafios", nomeadamente na concretização dos projectos de infra-estruturas nos domínios de transportes e energia.*

*in asemanaonline*

## PALMAS



O Boeing 737 aterra pela primeira vez na Boa Vista sob palmas emocionadas das gentes da Ilha. É o prenúncio de uma nova era trazida pelo aeroporto internacional que vem dar novos mundos à ilha das dunas. Como disse na altura o Edil local **"Bubista dja manxé"**.

## O NÚMERO

# 10,8%

é o número do momento e, segundo estimativa do INE, é quanto cresceu a economia de Cabo Verde em 2006. A dúvida é se isso representa, já, o tal crescimento de dois dígitos prometido pelo Governo para esta legislatura ou se não será antes o resultado de algum episódio. Os economistas que digam da sua justiça.

# ENACOL co-financia proje

## — Aerogerador está instalado



A ENACOL, Empresa Nacional de Combustíveis co-financiou um projecto no domínio das energias renováveis, o ISECMARWind Project, que consiste no dimensionamento e construção de um aerogerador de 1 kW, designado IWIND2800, de um sistema eléctrico de

aproveitamento da energia gerada, da estrutura de suporte da torre e do aerogerador e de uma página na internet /base de dados para armazenar, processar e disponibilizar as informações provenientes do aerogerador IWIND2800 e do sistema eléctrico associado.



Alunos do ISECMAR

Para enriquecer o site haverá outros dados sobre a energia eólica em Cabo Verde e no mundo. A página deverá trazer um aerogerador semelhante ao construído que girará com velocidade proporcional ao gerador real e apresentará também os dados instantâneos provenientes do aerogerador.

O projecto foi elaborado no Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR), “pretendendo, o Instituto, dar o pontapé de saída, na exploração e investigação da energia eólica.”

A coordenação geral do projecto é do Mestre Eng.º Guilherme St.Aubyn Mascarenhas e nele participam:

- da área de Engenharia Eléctrica, o orientador, Eng.º Aldino Santos da Cruz (ISECMAR), o co-orientador, (Mestre) Eng.º Rui Spencer Lopes dos Santos (ELECTRA, S.A., ISECMAR) e os alunos, Arikson Jorge Silva Santana, Edmar Oliveira Coronel e Edson Roberto Pires Nascimento;
- da área de Engenharia Mecânica, o orientador, Eng.º Marco António Cruz (EFPPFP<sup>1</sup>, ISECMAR) e o aluno, Edivaldo Vaz Fonseca Lopes
- da área de Engenharia Informática, o orientador Eng. Mário Andrade (INPS, ISECMAR) e as alunas Ermilhana Pachito

e Vanissa de Jesus.

- da área de Engenharia Civil, o Eng. Eoceno Cruz Ramos (ISECMAR).
- da área de Engenharia de Telecomunicações, o orientador Eng. José Luis Costa Neves e o aluno Militão Correia.

Os promotores consideram que as características do vento em S. Vicente, velocidades médias elevadas ( $10.4\text{m/s}^2$ ) e uma direcção predominante (de NE), fazem de S.Vicente um lugar com grande potencial em energia eólica, justificando a ideia do projecto.

Assim, com um bom aproveitamento dos recursos energéticos da ilha, poder-se-ia diminuir as consequências da crise energética mundial na sua economia, diminuindo a importação de combustíveis e logo, a saída de divisas, além de melhorar o equilíbrio do ecossistema da ilha.

O aerogerador e todo o sistema associado será um protótipo que ficará a ser utilizado pelos alunos e docentes para fazer medições, testes, estudos e propostas de melhoramento que poderão ser implementados em projectos futuros. O projecto teve início a 17 de Outubro de 2005 e espera-se concluir o sistema descrito até Março de 2008.



# Projecto de energia renovável junto à entrada do ISECMAR

*A ENACOL financiou a construção da fundação de betão armado, os materiais para a fixação da torre e o sistema eléctrico de aproveitamento da energia gerada pelo aerogerador. Além disso, a decapagem e pintura da torre foram efectuadas pela ENACOL*



ENTREVISTA COM ENG. GUILHERME MASCARENHAS

**Pergunta: Como nasceu a ideia desse projecto?**

**Resposta:** A ideia do projecto foi do Eng. Técnico Edmar Coronel. Quando ele ainda estava no 4º semestre do curso de Bacharelato em Engenharia Eléctrica e Electrónica (BEEE), mais ou menos em Dezembro de 2004, foi dizer-me, cheio de convicção, que queria fazer um aerogerador. Após algum diálogo, concluímos que também era necessário ter no projecto pelo menos um aluno do Bacharelato em Engenharia Mecânica (BEM) e, pelo menos mais um aluno do BEEE. Passado algum tempo, ele indicou-me mais dois colegas do BEEE, os Eng.ºs. Técnicos Arikson Santana e Edson Nascimento e um do BEM, o Eng. Técnico Edivaldo Lopes. Escolhidos os orientadores, o Eng. Aldino Cruz (ISECMAR), para a parte eléctrica; e o Eng. Marco Cruz (EFPPFP, ISECMAR) para a parte mecânica. Reunimo-nos e distribuímos as tarefas. Devemos realçar também, a presença do (Mestre) Eng. Rui Lopes dos Santos (ELECTRA, ISECMAR), como co-orientador, na parte eléctrica do projecto, cuja experiência (realçamos o projecto, “frigorífico eólico piloto” e o seu aperfeiçoamento posterior “Máquina eólica de gelo”, ambos desenvolvidos e implementados por ele, que se mostrou ser de grande utilidade, principalmente nas zonas piscatórias) e interesse, nessa área, deram mais confiança ao grupo. Posteriormente, decidiu-se construir uma base de dados/web site com os dados do vento, do aerogerador e do sistema eléctrico associado. Essa tarefa foi atribuída a duas alunas do Bacharelato em Engenharia Informática e Automação (BEIA), Ermilhana Pachito e Vanessa de Jesus, orientadas pelo Eng. Mário Andrade (INPS, ISECMAR). Para ter os dados referidos disponíveis e em formato adequado para a base de dados/web site seria necessário um sistema de aquisição/conversão desses dados. O projecto do sistema está a ser realizado pelo aluno do Bacharelato em Engenharia de Telecomunicações (BET), Militão Correia, orientado pelo Eng. José Luis Neves (ISECMAR).

Quanto ao projecto da fundação de betão armado para a torre do aerogerador foi atribuído ao Eng. Eoceno Ramos (ISECMAR).

**P: Foi difícil convencer as instituições a colaborar nesse projecto? Qual foi a reacção a um projecto de investigação na área das energias renováveis?**

**R:** Não. Da parte do ISECMAR não houve problemas, pois eu era na altura, Chefe do Departamento de Engenharia Electrónica e Computação (DEEC), cargo esse que coordenava os projectos de fim de curso do DEEC, e esse era um projecto de fim de curso. Quanto à ENACOL, ao Centro de Energia e Ambiente (CEA), à ELECTRA, à EFPPFP, demonstraram sempre o máximo interesse e disponibilidade em apoiar o projecto.

**P: Em relação à ENACOL, qual foi a reacção e o apoio prestado?**

**R:** A ENACOL financiou a construção da fundação de betão armado, os materiais para a fixação da torre e o sistema eléctrico de aproveitamento da energia gerada pelo aerogerador. Além disso, a decapagem e pintura da torre foram efectuadas pela ENACOL.

**P: Estranhou-lhe que uma empresa que comercializa combustíveis tenha investido num projecto de energia eólica?**

**R:** Sabíamos que tinha sido a ENACOL a financiar os dois projectos do Eng. Rui Spencer, atrás referidos, daí termos decidido solicitar à ENACOL, o co-financiamento do projecto

**P: Qual o custo do projecto?**

**R:** Apresentamos na tabela 1 os custos reais que suportamos e os respectivos patrocinadores. Como se pode ver os custos não contabilizam algum material oferecido, a utilização das máquinas, o transporte da torre e a mão-de-obra, apresentados na tabela 2. Após a conclusão desta etapa do projecto será feita uma avaliação considerando também esses custos.

TABELA 1 ITENS CUSTEADOS PELOS PATROCINADORES

Equipamento	Custos aproximados (ECV)	Patrocinador
Aerogerador	65.000	ELECTRA, S.A.R.L
Anemómetro e catavento	18.000	ELECTRA, S.A.R.L
Fixação da torre	12.500	ENACOL, SA
Fundação	40.000	ENACOL, SA
Sistema Eléctrico	99.500	ENACOL, SA
Outros	17.000	ELECTRA, S.A.R.L
Total	252.000	-

TABELA 2 ITENS OFERECIDOS

Equipamento	Custos aproximados (ECV)	Patrocinador
Torre	Oferecida	Centro de Energia e Ambiente
Pintura e decapagem da torre	Oferecida	ENACOL, SA
Computador para o Site/Base de dados	Oferecido	ELECTRA, S.A.R.L
Utilização de máquinas	Oferecido	EFPPFP, ISECMAR
Transporte da torre	Oferecido	Sr. Manuel Avelino
Carpintaria (turbina)	Oferecido	Srs Aristides Lima e Bervindo Monteiro

**P: Quando é que o projecto deverá estar concluído?**

**R:** O aerogerador, o site/base de dados, a fundação de betão armado e a montagem da torre já estão concluídos. Falta o sistema eléctrico para aproveitamento da energia gerada e o projecto do sistema de aquisição/conversão dos dados do aerogerador e do sistema eléctrico. Se tudo correr bem, o sistema eléctrico será montado nas próximas semanas. O sistema de aquisição/conversão dos dados do aerogerador e do sistema eléctrico é que demorará mais algum tempo, pois o projecto iniciou recentemente.

**P: Onde está instalado o aerogerador?**

**R:** Está instalado junto à entrada Este do ISECMAR

**P: É um projecto com continuidade?**

**Sim.** Todo o sistema é uma versão inicial cujas partes, após testadas e avaliados os seus desempenhos, deverão ser optimizadas, em projectos futuros. Aliás, a nossa vontade é que haja projectos para a optimização do desempenho e dos custos de todas as partes do sistema, nomeadamente das pás, dos sistemas mecânicos, do alternador, do rectificador, do regulador, do sistema de baterias, do inversor, da torre e seu sistema de fixação, da fundação, do sistema de aquisição/conversão dos dados, do site/base de dados, etc. E em conformidade com essa vontade, vamos propor para este semestre lectivo que inicia, alguns desses projectos.



# CI conta atingir este ano 1 de dólares de investimen

Com uma média de crescimento acima dos 20 por cento ao ano, **“o turismo em Cabo Verde atingiu já a maturidade e começa a criar novas oportunidades de investimentos noutros sectores”**, diz a Cabo Verde Investimentos no seu relatório referente a 2006, a que o CIFRÃO teve acesso. A prova de tal quadro, refere o documento, são os investimentos que começam a surgir em sectores como formação dos recursos humanos, energia, água, saúde, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, produção e abastecimento em géneros alimentícios, indústrias a montante e a jusante da construção civil, etc.

E, sendo assim, alerta a CI, **“a própria estrutura e o formato do Estado devem ser revistos, no sentido da sua maior modernização, a fim de estarem à altura do cumprimento do seu novo papel, na regulação da economia e gestão da nova sociedade em transformação”**.

Nos últimos quatro anos, **“o fluxo turístico tem aumentado a uma taxa média anual de 26%”**, precisa a CI, salientando que o leque dos mercados emissores está a alargar-se a novos horizontes e países - Reino Unido, Irlanda, Suécia, Dinamarca, Polónia, República Checa, Ucrânia e Rússia. E, mais: Cabo Verde começa também a registar algum fluxo proveniente dos EUA, **“particularmente no nicho de visitas de estudo e reencontro com a cultura ancestral”**.

A CI acredita que nos próximos anos os mercados já considerados tradicionais, como Portugal e Itália, vão estar devidamente fidelizados, pelo que urge captar, desde já, outros nichos, como a Alemanha, França e Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), mas também países

da Europa do Norte, Central e do Leste, com vista a uma maior diversificação dos mercados emissores. Aliás, neste momento, diz aquela fonte, **“Cabo Verde tornou-se um destino turístico conhecido e procurado, na Europa, chegando mesmo a ocupar lugares de destaque nas sondagens feitas em certos mercados emissores, como o Reino Unido, Irlanda ou Suécia”**.

Em termos de números, a CI estima que houve um aumento de turistas no ano 2006, na ordem de 26%, significando um aumento nos números de entradas, de 230 mil para 280 mil turistas, sendo mais de 90% estrangeiros, com uma taxa de ocupação dos hotéis à volta de 80% a nível nacional, sendo as ilhas do Sal, Santiago e S. Vicente as mais visitadas.

O número de camas no país, esse, passou de 9.805 em 2005 para 11.026 em 2006, enquanto o dos quartos passou de 4.479 para 5.479, mantendo a curva ascendente da oferta e da procura que já vem dos últimos anos. **“É na sequência do aumento da oferta turística que houve um crescimento no tráfego internacional e doméstico de passageiros, conforme o Relatório Anual da ASA”**, aponta.

Em termos futuros, nota-se um cada vez maior interesse no consumo de outros produtos, **“tais como a montanha, a diversidade paisagística, o produto histórico e cultural”**. Contudo, além do sol e praia, a CI reconhece que ainda não conseguiu tornar os demais **“produtos comercializáveis”**. **“A Cabo Verde Investimentos deverá mobilizar os meios necessários para juntamente com os produtores culturais, os agentes do nosso património histórico e da nossa culinária, trabalhar um programa**

**que visa tornar os referidos produtos comercializáveis, para a exportação, via turismo. Esta política irá levar o turismo ao mundo rural, ao mesmo tempo que contribuirá para inserir o mundo rural no turismo, numa interação dinâmica e dialéctica, com repercussões tanto a montante como a jusante”**.

Nesta busca de novos clientes, a CI defende a necessidade de se investir nas infra-estruturas de valorização dos referidos produtos. Até porque a competitividade de Cabo Verde como destino turístico **“padece ainda de algumas medidas urgentes”**, nomeadamente, a nível da qualidade dos hotéis, o que implica uma maior fiscalização dos serviços, **“a fim de garantir coerência entre as exigências do mercado e os produtos que certificamos e nos dispomos a promover nesse mercado”**.

Mas as medidas não se prendem apenas com a qualidade dos hotéis. Em matéria de **“paz social”**, por exemplo, a CI defende a adopção de medidas igualmente urgentes, **“com vista a pôr cobro à imigração descontrolada, à vagabundagem e vendas indisciplinadas nas praias e locais de diversão turística, sob pena de perdermos esta diferença marcante, com relação a certos destinos”**.

Em matéria de qualidade ambiental, **“urge resolver a questão dos dejectos sólidos, melhorar significativamente a urbanização dos centros habitacionais, impor a disciplina arquitectónica, embelezar as ruas com iluminação mais apropriada e fornecer o policiamento adequado, tornando-as frequentáveis, particularmente à noite”**. Em matéria de Vistos de Entrada, **“há que resolver esta questão de modo a tornar mais fácil a decisão**



## Boa Vista



# 76 milhões tos efectivos

de escolher Cabo Verde como destino". E por fim, a nível do turismo balnear, "há que rever a regulamentação sobre a exploração das praias, incitar o investimento privado em quase todas, de modo a imputar-lhes maior valor acrescentado e torná-las mais comercializáveis".

### NÚMEROS

Em 2006 a CI tinha como meta uma aprovação de investimentos na ordem dos 300 milhões de dólares, mas, em vez disso, atingiu 500 milhões de dólares. O mesmo nível de desempenho verificou-se em termos de investimentos realizados: de uma previsão de 50 milhões de dólares foram realizados 120 milhões. Isto significou cerca de 2700 empregos novos e permanentes, "o que seguramente terá tido um papel determinante na redução do desemprego que desceu de 24 para 18%", congratula-se o relatório da CI.

Diante da dinâmica que o sector vem registando, a CI reconhece ter tido a necessidade de rever as suas previsões. Assim, para 2007, de uma previsão de 110 milhões de dólares, a "realização efectiva" dos investimentos agora é de 176 milhões de dólares, o que, a confirmar-se, vai criar cerca de 1500 novos empregos efectivos. De igual modo, a nível dos projectos aprovados, passou-se de 360 milhões de dólares para 713 milhões, com um potencial para a criação de 3526 empregos.

"Numa perspectiva pessimista, a CI projecta aprovar até 2011, projectos num total de 7.800 milhões de dólares, com um potencial de criação de quase 32.000 novos empregos directos. Com o desempenho actual, Cabo Verde ocupa hoje o primeiro lugar no mundo, em termos de ratio IDE/PIB", diz o documento.

## Plano de Ordenamento do Turismo pronto em Dezembro

O Plano de Ordenamento Turístico (POT) da Boa Vista deverá estar concluído até Dezembro deste ano, garante Gilda Évora, chefe de escritório da Sociedade de Desenvolvimento Turístico das ilhas da Boa Vista e do Maio (SDTBM) na ilha da Boa Vista. O instrumento que permite definir as estruturas para o desenvolvimento do turismo, está a ser ultimado mas a SDTBM aguarda o fim das negociações com os proprietários dos terrenos agora retomadas para apresentar a versão final desse instrumento que irá reger os destinos da Boa Vista nos próximos anos. Por isso, Gilda Évora espera que tudo fique pronto até final de 2007, para assim a SDTBM iniciar a sua implementação.

A conclusão do Plano de Ordenamento Turístico da Boa Vista também depende das decisões saídas do último encontro do primeiro-ministro com os proprietários dos terrenos expropriados, afirma Gilda Évora em exclusivo ao **Cifirão**. Os senhoriais, que se reuniram com José Maria Neves na terça-feira passada, exigem o pagamento das indemnizações antes da inauguração do Aeroporto Internacional da Boa Vista, prevista para o final deste mês. Mas Neves garantiu que o governo vai iniciar o reembolso até final de Outubro, desde que provada a propriedade dos ditos terrenos.

O Plano de Ordenamento Turístico (POT) permite definir o esquema viário, redes de esgotos, água e energia eléctrica, espaços livres, os tipos de edificações, as dimensões e as capacidades de carga. O POT deve ainda descrever as áreas paisagísticas, de protecção e de implantação turísticas, determinar os espaços de arborização e as espécies de árvores a serem plantadas, bem como os equipamentos sociais e de lazer previsíveis.

Através do POT, salienta Gilda Évora, é possível, por exemplo, saber onde serão construídos os hotéis, os resorts, os condomínios de luxo e outros empreendimentos turísticos. É evidente, segundo Évora, que o tipo de turismo preconizado para a ilha das dunas implica que se assegurem condições para um desenvolvimento sustentável, apoiado numa utilização "dinâmica, mas correcta e ambientalmente inteligente, do nosso património natural e construído".

O plano, ressalvou Gilda Évora, não será a "poção mágica", mas contribuirá para "assegurar que o desenvolvimento da Boa Vista se efectue de uma forma equilibrada". "Teremos zonas de desenvolvimento estruturante com infra-estruturas de base. Teremos bairros bem ordenados, evitando assim, a criação do caos urbanístico".

O POT foi projectado, realça Évora, pensando não só nas ZDTI's, mas também em toda a ilha. "O programa de instalação de redes de esgotos, água e luz será expandido para todos os povoados", avança. A SDTBM está a apostar, também, na formação e qualificação da população activa da ilha, para que possam de alguma forma "integrar-se no desenvolvimento da Boa Vista", porque o crescimento turístico "deve envolver todas as pessoas de todas as camadas e classes sociais".

Gilda Évora adianta que a SDTBM já recebeu vários projectos de investidores estrangeiros e nacionais para as três ZDTI'S da ilha - Chaves, Morro de Areia e Santa Mónica/Lacacão. Mas todos esses projectos, explica, só devem ser aprovados depois de o POT estar concluído e aprovado.

Silvia Frederico

CONJUNTURA

## “Crescimento real é de 5,2%!”

Antes de mais, é preciso dizer que a taxa de crescimento apresentado pelo FMI/INE é uma estimativa e é preciso aguardar os dados definitivos, para se poder fazer uma análise correcta. É muito cedo para se falar da sustentabilidade desse crescimento, tendo em conta que isso não nos dá uma tendência, teremos que analisar os factores conjunturais que poderão estar na origem desse crescimento, nomeadamente, os investimentos públicos efectuados em 2005 (ano pré-eleitoral), cujo efeito se repercutiu no PIB de 2006, sem o que não se pode prever, com exactidão, o impacto das reformas económicas urgentes que se impõe conceber, executar e avaliar, de forma independente.

Não é a primeira vez que a economia cabo-verdiana atingiu o crescimento de dois dígitos, pois em 1999 a taxa de crescimento do PIB era de 11.6% e num contexto de uma taxa de inflação de 4.4%, do aumento do preço do petróleo no mercado internacional e da alta persistente do USD (US\$ 1 = 100\$40, em termos reais). Penso que, 8-9 anos depois, se o país tivesse imprimido um maior ritmo de reformas macro-económicas, de minimização do custo dos factores, de expansão do investimento directo estrangeiro, de melhoria do clima de investimentos e de negócios e do desenvolvimento social, certamente que teríamos, hoje, um crescimento sustentado de dois dígitos e menores taxas de desemprego, de pobreza e de exclusão social.

Veja que o Banco Mundial (BM), no seu Relatório de Junho de 2004 dizia que, fruto do crescimento económico imprimido na década de noventa,

**“...de 1988 a 2002, o número de Cabo-Verdianos vivendo na pobreza diminuiu em cerca de um quarto, para atingir 36.7% da população. As restantes pessoas pobres estão cada vez mais próximas do perfil da pobreza e a desigualdade entre elas havia diminuído”.** (Report No. 29340 - CV, Development Policy Review, Cape Verde, The World Bank, 2005). Este foi um estudo efectuado por uma equipa de 11 economistas do BM.

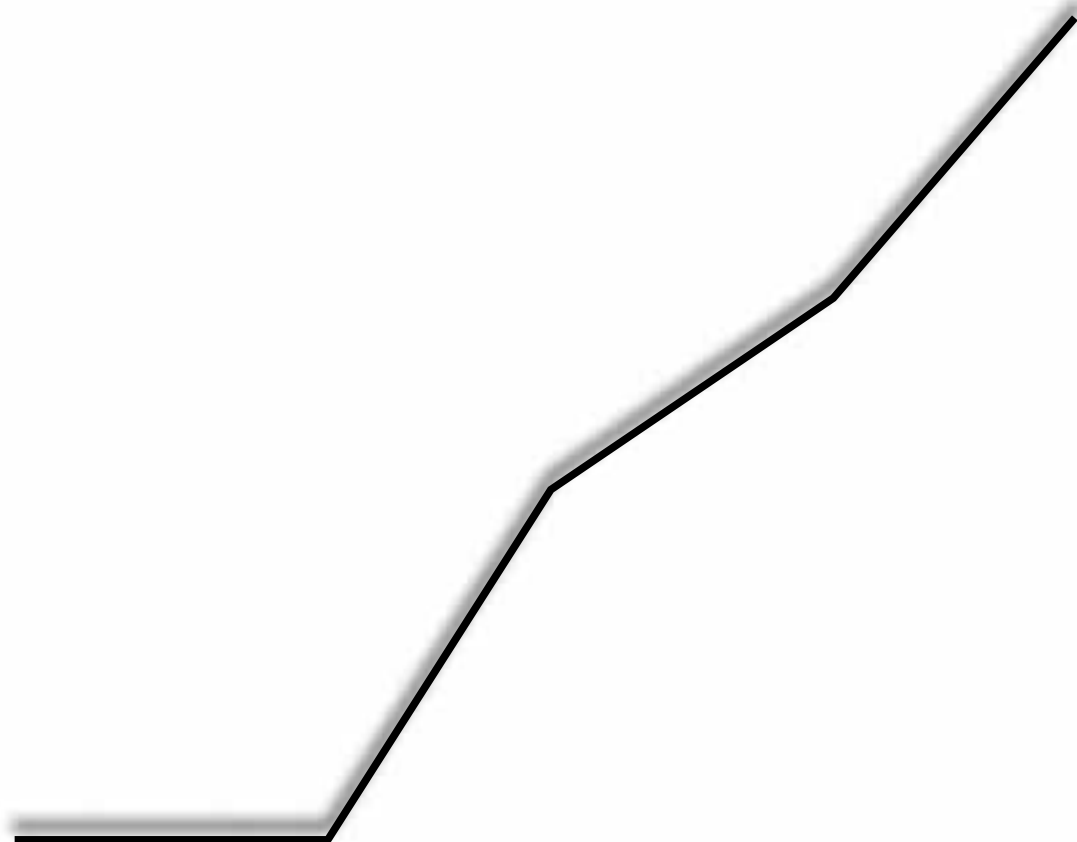
Os sectores que têm alimentado esse crescimento ao longo desses anos são os três Ts (turismo, telecomunicações e transportes), fruto de importantes reformas iniciadas na década de noventa, nomeadamente no que toca à atracção, fixação e expansão do investimento directo estrangeiro nesses e noutros sectores, do desenvolvimento do sector financeiro, das pequenas e médias empresas nacionais, da ancoragem (peg) do escudo cabo-verdiano ao euro e da melhoria do ambiente de investimentos e de negócios, em geral.

Todavia, a meu ver, o país precisa enfrentar e vencer os grandes desafios, que ainda tem em duas frentes principais:

I - Económica (a aceleração do crescimento económico, as questões energética, da água e da regulação, a melhoria das despesas públicas e do ambiente de negócios, o alinhamento das taxas de juro com as da União Europeia, o seu principal parceiro económico, a sua condição de país de rendimento médio com acesso reduzido a fontes concessionais de financiamento do seu desenvolvimento, a crescente inflação, o desemprego, a pobreza, etc.).

II - Social (o desenvolvimento do capital humano e a coesão social, garantindo maior e melhor acesso aos serviços de educação, formação profissional, saúde e protecção social, o combate aos desvios sociais, designadamente, a criminalidade, a violência, a droga, a prostituição e o alcoolismo).

*Benvindo Rodrigues, Consultor Internacional, Economista e Mestre em Gestão de Empresas*



# Crescimento e Sustentabilidade

A notícia do INE sobre a taxa de crescimento do PIB de 10.8% no ano de 2006 apanhou toda a gente desprevenida. Penso que o próprio governo não esperava tão cedo essa informação. A missão do FMI que também foi apanhada desprevenida tratou de ir dizendo que, caso se confirme o dado, isso mostra a **“pujança”** da economia cabo-verdiana. Visto de fora, esse valor parece à primeira vista atípico. Por várias ordens de razões.

Em primeiro lugar, o crescimento de dois dígitos num ambiente de baixa inflação, apontado como uma das principais metas económicas do segundo governo de JMN, sempre foi visto como uma daquelas promessas que, não sendo impossíveis de serem realizadas, seriam contudo muito difíceis de alcançar. Pelo menos no curto prazo. Olhando para a taxa média de crescimento do PIB nos últimos anos sempre à volta dos 6%, caso essa meta fosse atingida seria no final desta segunda legislatura, após as mudanças estruturais a serem introduzidas no tecido económico, e nunca logo no segundo ano da legislatura.

Em segundo lugar se olharmos para o crescimento da economia no ano de 2004 (4.3%) e 2005 (6.5% também dados previsionais) mais difícil se torna entendermos esse valor, uma vez

que acaba por representar um crescimento muito acentuado em relação à taxa verificada em 2005 o que, convenhamos, não acontece todos os dias. Sim, poder-se-ia pensar que esse aumento, de 4.3% em termos percentuais, de 2005 para 2006 só poderia ser devido ao Turismo uma vez que a primeira vista na economia real este parece ser o sector que tem tido um desempenho acima da média.

Mas pelas informações vindas do INE, para além do Turismo (crescimento de 33.7% de 2005 para 2006), o maior contributo da economia real para essa taxa de 10.8% veio do sector dos Transportes e Telecomunicações (17.5%) e da Banca e Seguros (22%) o que acaba por deixar as pessoas ainda mais confusas. Neste momento, o único sector que apresenta uma dinâmica fora do normal é sem dúvida o sector do turismo, particularmente os investimentos na imobiliária turística. Poder-se-ia por isso pensar que face aos números que a CI vem apresentando (previsão de 509 milhões de USD de investimentos em 2006), tivesse sido este sector a verdadeira locomotiva da economia em 2006 e, mesmo sob alguma reserva, penso que seriam dados aceitáveis.

Olhando no entanto para o desempenho do



22% (Banca e Seguros) e

17.5% (Transportes e Telecomunicações) explicam o PIB de 10%

# rento tabilidade

sector dos Transportes e Telecomunicações no ano passado, ficamos a pensar como foi possível essa taxa de crescimento?! A evolução positiva do sector dos Transportes deveu-se a quê? Performance da TACV? Dos transportes marítimos? E nas Telecomunicações o impacto da missão da NATO no nosso País consegue explicar um crescimento de 23% quando em 2005 esse mesmo subsector só tinha crescido 2.5%?

Mesmo se considerarmos que o ano agrícola foi relativamente bom, ele ficou muito aquém de 1999 quando o bom ano agrícola contribuiu com cerca de 3% na taxa de crescimento de 11.3% e tivemos uma taxa de inflação à volta dos 4.4%.

Posteriormente à aceitação ou não dos dados, vem logo o debate sobre a sua sustentabilidade. Ou seja o crescimento de 10.8% em 2006 com uma taxa de inflação de 5.6% é algo fortuito ou representa o início de uma fase de crescimento de dois dígitos? Difícil responder. Se olharmos para a década de 90 em que o ano de 1999 foi o único em que tivemos um crescimento de dois dígitos, então estaremos tentados a dizer que tivemos em 2006 uma conjuntura super favorável que proporcionou esse crescimento quase record.

A essa conjuntura favorável não deve estar dissociado o crescimento do crédito interno (17%) e do crédito à economia em geral (30%) que possibilitou que o sector da banca tivesse também um crescimento record de 22% quando em 2005 tinha tido um crescimento negativo (-0.6%). Analisando as previsões da Cabo Verde Investimentos para o investimento directo estrangeiro nos próximos anos (613 milhões de USD para 2007; 998 milhões de USD para 2008; e 1.397 milhões para 2009) somos tentados a dizer que existem condições reais para a manutenção de um crescimento de dois dígitos. Mas sempre tendo como locomotiva o Turismo e não os Transportes e as Telecomunicações. À primeira vista parece claro que foram factores de ordem conjuntural que proporcionaram um crescimento record nos Transportes e nas Telecomunicações.

Mesmo reconhecendo que o número lançado pelo INE não passa por enquanto de uma estimativa, sabemos que os números reais não deverão andar longe disso seja por defeito seja por excesso 0.5% mais ou 0.5% menos, deverá ser o valor final. O que significa que devemos começar a habituarmo-nos a esse valor. Para já o debate está lançado.

Gil Évora

## “Não se atingiu este valor por acaso!”

O INE é a instituição nacional responsável pela recolha e tratamento de informações e produção e divulgação de dados, quer sejam eles económicos, quer sejam eles sociais, tendo, durante a sua existência, fornecido informações importantes e valiosas, servindo de suporte de decisões, quer públicas, quer privadas, que, até a presente data, nenhum cabo-verdiano, seja autoridades ou indivíduo, pôs em causa.

No caso do crescimento económico relativo ao ano de 2006, à semelhança dos outros anos, as informações são credíveis, e, do nosso ponto de vista, não há motivos sequer para este tipo de questões. Conta com pessoas capazes, utiliza métodos internacionalmente standardizados, pelo que esses dados, tal como os resultados do QUIBB?, o índice de preços, o recenseamento geral da população, o índice de confiança dos investidores, entre outros dados produzidos por estes institutos, merecem a credibilidade de todos os cabo-verdianos.

De alguns anos a esta parte, o nosso país tem conhecido investimentos avultados, quer públicos, quer privados, direccionados para as mais diversas áreas.

Devemos realçar os grandes investimentos públicos que têm sido feitos pelo Governo de Cabo Verde, com especial enfoque a nível de infraestruturas físicas, suporte de crescimento económico, designadamente, estradas, portos, aeroportos, escolas e hospitais, bem como a infraestruturas humanas, apostando na capacitação das pessoas para que continuem a ser um elemento diferenciador de competitividade do país em termos de atracção de investimentos, com a criação de escolas profissionais, alargamento do acesso ao sistema de ensino secundário para todos os concelhos do país, e infraestruturas jurídicas que criem condições legais para o desenvolvimento dos diversos sectores da economia, aos quais se acresce programas de melhoria de condições de vida de classes mais desfavorecidas com reflexos na economia, de promoção do sector privado, alterações legislativas fundamentais, entre outros. Todos esses investimentos têm efeito multiplicador a economia, com reflexos a curto, médio e longo prazos.

Devemos dar, igualmente, enfoque especial ao peso do sector privado, quer nacional, quer estrangeiro, no crescimento económico, sector esse que assume um papel de grande motor da economia nacional, investindo, em grande escala, nos mais diversos sectores da economia, com particular expressão no sector turístico e imobiliários.

Todos estes investimentos realizados num contexto de estabilidade macro-económica, caracterizada por, entre outros, um crescimento contínuo e sustentado do PIB, por um equilíbrio das contas públicas, por uma relativa estabilidade de preços, por uma baixa contínua e significativa de taxas de juros e por uma situação monetária estável, enquadrados num clima de confiança e optimismo quanto ao rumo que o país tem seguido, trariam obviamente, resultados positivos, pois, em todo o lado essas são condições de base para o crescimento.

Pode-se constatar que a nossa economia encontra-se num momento de transformação profunda, com mostras claras de que os paradigmas sobre os quais assenta estão a ser substituídos por novos. Basta reparar, a título de exemplo, que, pela primeira vez na nossa história e contrariamente ao que sucedeu nos outros anos, o crédito à economia é maioritariamente direccionado ao sector privado em vez do sector público, a contribuição de uma actividade económica desenvolvida no país, o turismo, tem uma contribuição para o PIB superior às remessas de emigrantes, factos com tendências para consolidação e sustentabilidade.

Os projectos existentes, em execução e em carteira, a nível nacional, quer do sector privado, quer do sector público, os que se perspectivam e o momento importante em que o país vive em termos de oportunidade, indiciam que podemos estar no limiar de um novo rendimento potencial para o país (deslocação da curva de rendimento potencial para direita)

Não podemos afirmar, de momento, da sustentabilidade do crescimento que Cabo Verde atingiu em 2006, até por não dispormos de dados, mas afirmamos não se lhe atingiu por acaso. Tratando-se de uma meta que o Governo fixou para a legislatura, podemos afirmar que há uma forte determinação em mater o ritmo.

Para que fique bem claro, a única semelhança que vemos entre o crescimento de 11,3% verificado em 1999 e o de 10,8 ora verificado é o facto de serem ambos de dois dígitos. Contrariamente a aquilo que se verificou em 2006, em 1999 havia um desequilíbrio macroeconómico gritante, o Estado estava à beira da falência, tendo as receitas de privatizações (alienação) de empresas públicas jogado um papel decisivo no nível de crescimento que se atingiu, e não outros factores, conforme confirmaram a situação a que o país atingiu em 2000, caracterizada por rupturas a todos os níveis.

Humberto Santos de Brito

# GTZ e Atelier Mar firmam parceria para desenvolver agro-negócio

A agência de cooperação técnica da Alemanha (GTZ) e a organização não-governamental Atelier Mar dão as mãos para criar uma agência que, por sua vez vai operar no ramo do agro-negócio. O projecto será desenvolvido no município do Paul, Santo Antão, no quadro do programa Millennium Challenge Account.

É assim que, no final deste mês, as duas organizações terão de apresentar ao MCA uma proposta visando a criação desta agência. Para Maria Miguel Estrela, representante do Atelier Mar, esta parceria entre a GTZ e o AM persegue uma filosofia há muito adoptada por essa organização, 'pensar globalmente e agir localmente'. **"Vamos unir a experiência internacional da GTZ com a experiência local e o conhecimento prático do Atelier Mar (AM). Afinal, a AM já experimentou e consolidou algumas actividades nesta área do aproveitamento dos recursos locais"**, diz Estrela.

O representante da GTZ, Rodrigo Sepúlveda, que esteve de visita a Santo Antão - onde com responsáveis do AM procedeu a contactos de terreno, abordando os beneficiários do projecto, técnicos e responsáveis dos serviços do MAA na ilha - explica que esta parceria visa valorizar o trabalho desenvolvido pela ong cabo-verdiana no sentido de fortalecer as economias locais dentro do conceito da economia solidária.

## 4 milhões de dólares

é quanto custa o projecto

**"É um trabalho desenvolvido por uma unidade denominada GTZ International Service, que tem a tarefa de apoiar com serviço de consultoria outros parceiros. Neste caso uma unidade financiada por terceiros, o fundo MCA-CV"**, explica Rodrigo Sepúlveda, antes de lembrar que a cooperação bilateral entre Cabo Verde e a Alemanha terminou em 2006 e que, nesta fase de desenvolvimento destas ilhas esse país europeu está

a apostar em novas formas de parceria, no caso através do apoio multilateral.

Em concreto, a GTZ vai ajudar o AM a colocar o Agro-Business no programa agrícola que o MCA tem para Cabo Verde. **"Este agro-business será desenvolvido nas localidades do Paul (Santo Antão), Fajã (São Nicolau) e Mosteiros (Fogo). O que se pretende é dinamizar a economia agrícola. O objectivo é criar projectos de carácter sustentável e sensibilizar os agricultores no sentido de entenderem a agricultura como um negócio, que deve ser encarado dentro da economia do mercado, com todos os riscos e complexidades das sociedades globalizadas"**.

Este projecto, que se insere na componente agrícola do programa MCA, visa desenvolver o agro-negócio através do aproveitamento de frutas, legumes e outros produtos existentes no vale do Paul. Os montantes necessários, neste caso mais de quatro milhões de dólares, são geridos pelo MCA-Cabo Verde e o projecto será implementado em 30 meses. **"É um projecto ancorado nas delegações do MAA, que serão capacitadas para assumir uma nova abordagem da agricultura, fazendo com que os agricultores possam gerir suas empresas"**.

Constância de Pina



PORTOS / NAVIOS VG	"TERRY DOS" 27/28	"TERRY SIETE" 27/30	"EIFFEL MOON" 27/31	"TERRY TRES" 27/32	"TERRY DOS" 27/33	"TERRY SIETE" 27/34
<b>ROTTERDAM / ANTWERP / FELIXSTOWE</b>						
LEIXÕES	--	28 SETEMBRO	8 OUTUBRO	--	--	20 OUTUBRO
LISBOA	21 SETEMBRO	--	--	12 OUTUBRO	--	22 OUTUBRO
LAS PALMAS	25 SETEMBRO	7 OUTUBRO	13 OUTUBRO	--	15 OUTUBRO	26 OUTUBRO
S. VICENTE	2 OUTUBRO	13 OUTUBRO	--	19 OUTUBRO	--	30 OUTUBRO
PRAIA	1 OUTUBRO	11 OUTUBRO	--	18 OUTUBRO	21 OUTUBRO	31 OUTUBRO
SAL	4 OUTUBRO	--	20 OUTUBRO	21 OUTUBRO	19 OUTUBRO	--
BOA VISTA	--	--	18 OUTUBRO	--	--	--
LEIXÕES	--	20 OUTUBRO	--	28 OUTUBRO	--	7 NOVEMBRO

FEEDER PARA LAS PALMAS NOS NAVIOS DA "FRED OLSEN CANARIAS LINE" ABAIXO INDICADOS:

NAVIO	N.º VG	ETS ROTTERDAM	ETA L. PALMAS
OPDR CADIZ	420078	24 OUTUBRO	31 OUTUBRO
OPDR LAS PALMAS	421093	31 OUTUBRO	7 NOVEMBRO
FOCS TENERIFE	422086	7 NOVEMBRO	14 NOVEMBRO

#### AGENTES

ROTTERDAM		ANTWERP		LEIXÕES		LISBOA		LAS PALMAS	
Burger Liner Agencies, BV		De Keyser Thornton, N.V		Ninfetrans, Lda		Ninfetrans, Lda		Canarship, SL	
Phone	+31 10 5062555	Phone	+32 32053100	Phone	+351 22 9397969	Phone	+351 21 3942470	Phone	+34 928 270350
Fax	+31 10 5062731	Fax	+32 32053475	Fax	+351 22 9397960	Fax	+351 21 3971067	Fax	+34 928 221570
E-mail	estevens@burgergroup.com	E-mail	Brigitte.eeckels@multimodal.be	E-mail	ninf-lx@ninfetrans.pt	E-mail	ninf-lis@ninfetrans.pt	E-mail	
S. VICENTE		PRAIA		SAL					
		<b>Polar, Lda</b>							
Phone:	+238 2318575 / +238 3219808	Phone:	+238 2617177 / +238 2617224	Phone:	+238 2414245 / +238 2414285				
Fax:	+238 2315642	Fax:	+238 2614132	Fax:	+238 2411345				
E-mail:	polarsv@cvtelecom.cv	E-mail:	polarp@cvtelecom.cv	E-mail:	polarsal@cvtelecom.cv				



"UMA NOVA LINHA NA DEFESA DO IMPORTADOR NACIONAL"

NOTAS

# BCN Abre nova Agência em Palmarejo

O BCN - Banco Caboverdiano de Negócios - abriu na segunda-feira, 15, uma nova Agência, na Avenida Santiago - Império I - Palmarejo.

Com esta nova Agência o BCN cresce de forma orgânica em território nacional, além de estar mais próximo dos moradores de Palmarejo, uma franja de mercado que qualquer banco gostaria de ter ao seu lado.

O BCN passa a ter sete Agências Bancárias a nível nacional, uma extensão de balcão no Aeroporto da Praia, para além do seu Centro de

Empresas - Praia, apostando num serviço personalizado que procura competir num mercado concorrencial.

Esta Agência efectua todas as operações bancárias e está equipada com uma Máquina Automática - ATM, sendo os serviços assegurados por uma equipa jovem, dinâmica, que promete mais qualidade e maior rapidez na solução das necessidades financeiras do mercado.

O BCN vem juntar-se à Caixa Económica de Cabo Verde que reinou sozinha em Palmarejo, durante anos e anos.



## tome Nota

### Caixa Económica inaugura novas agências

A Caixa Económica vai abrir quatro novas agências no país - no Tarrafal de Santiago, em Fonte Cónego (São Vicente), no Paul e Coculi, (Santo Antão) - durante a próxima semana.

As novas agências são a concretização da política comercial desta instituição que busca proximidade aos operadores locais e população em geral, disponibilizando aos seus clientes todos os serviços de banco universal.

## BREVES

### Tarifas de Electricidade e Água mantêm-se

A Electra vai beneficiar de um desconto de «grande cliente» na aquisição de gasóleo nas duas petrolíferas - a Shell e Enacol - que operam em Cabo Verde. Essa medida, negociada com a intermediação da Agência de Regulação Económica (ARE), tem como principal objectivo impedir o aumento de tarifas de electricidade e água. A actualização dos preços de combustíveis que a ARE deverá anunciar a todo o momento, implica o aumento das tarifas de electricidade e água fornecidos pela Electra, mas com este desconto os preços não crescem para os consumidores.

### ARE apresenta projecto para criação do transporte público no Sal

A Agência Reguladora Económica (ARE) apresentou à Câmara Municipal do Sal (CMS), um projecto-piloto para a criação do serviço público de transporte urbano colectivo nesta ilha.

A ARE pretende desenvolver e implementar este projecto em parceria com a CMS.

### Técnicos de Manutenção da TACV cancelam greve geral

A greve dos técnicos de manutenção da TACV prevista para os dias 18 a 20 de Outubro, isto é, de quinta-feira, a sábado, foi suspensa no final da tarde de quarta-feira, 17. De acordo com informações recolhidas junto da direcção de marketing da TACV, as partes chegaram a acordo e os interesses foram salvaguardados.

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8,5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7,5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1,0
16-10-2007	Mercado Monetário Interbancário	6,00
16-10-2007	Taxa Base Anual	3,45
Títulos da Dívida Pública		
16-10-2007	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	3,56
24-05-2007	Obrigações de Tesouro - 5 anos	5,45

MERCADO DE INTERVENÇÃO				
Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2007-10-04	TIM	182	4,500	300.000.000,00
2007-09-27	TIM	182	4,500	100.000.000,00
2007-10-15	TRM	14	4,000	640.000.000,00
2007-10-08	TRM	14	4,000	500.000.000,00



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 17-10-2007				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	79,383	79,575
SUÍÇA	CHF	100	6.575,418	6.588,194
DINAMARCA	DKK	100	1.478,167	1.480,856
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	158,161	158,464
JAPAO	JPY	100	66,695	66,822
NORUEGA	NOK	100	1.437,019	1.439,709
SUECIA	SEK	100	1.203,153	1.206,010
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	77,825	78,027
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,220	11,422

# Cabo Verde Airlines

©-artecoonus

## Unindo céus de 3 continentes, com **NOVOS DESTINOS!**



Para além de reforçar o número de voos de Cabo Verde para Fortaleza, Paris, Amsterdão, Munique, Boston, Bandjul e Freetown, a TACV apresenta dois novos destinos, **Londres** e **Varsóvia**, que confirmam a preocupação e o compromisso da TACV para com os seus clientes. Quer seja em negócios ou lazer, viaje com toda a segurança e qualidade, na companhia da sua preferência.

Horário a vigorar a partir de 28 de Outubro de 2007  
Para mais informações contacte a sua agência de viagens ou a TACV

Serviço de Atendimento ao Cliente  
Telefones: (+238) 260 88 60  
Fax: (+238) 261 72 75  
E-mail: reservas@tacv.aero; falecomtacv@tacv.aero

  
CABO VERDE AIRLINES **TACV**  
O prazer de viajar bem.